

ESTADO DE SÃO PAULO *Uma questão de prioridade*

29 ABR 1986

Para um governo que se proclama tão preocupado com o social, esse da Novíssima República não parece proceder com coerência. Tome-se por exemplo o setor saúde. Um surto de dengue atinge o Estado do Rio e ameaça São Paulo. Já assustam os números por que se traduzem casos de febre amarela, que se supunha erradicada por Oswaldo Cruz. Em ambas as enfermidades, é o mesmo o mosquito transmissor. No entanto, se não há vacina contra o dengue, ela existe, tratando-se de prevenir a febre amarela, de resto mais grave. Para o ministro da Saúde, no entanto, a ação a ser desencadeada, a fim de exterminar o mosquito, só será eficaz se abranger a área continental. Nesse caso, porém, segundo o sr. Roberto Santos, as dificuldades são múltiplas: os países vizinhos, mais pobres, não têm condições de realizar campanhas em massa... Bem, é o caso de contra-argumentar, lembrando que se Oswaldo Cruz pensasse assim nada conseguiria na luta que travou, com êxito, contra aquele transmissor, o *Aedes aegypti*. Logo, a alegação mais parece desculpa do que razão robusta, a justificar o que ocorre.

Infelizmente, há pior. Ao Instituto Butantã faltam 70 milhões de cruzados para poder produzir as 450 mil doses de soros indispensáveis a sal-

var anualmente milhares de vidas humanas e de animais, em função de picadas de cobras, aranhas e escorpiões. O Projeto Soros inclui ainda a produção do antitetânico e do antirrábico, que só o Butantã fabrica. De ambos, 500 mil ampolas são necessárias ao País. A verba orçamentária destinada ao instituto pelo governo estadual encontra-se esgotada. Foi necessário apelar ao governo federal para tentar obter a suplementação dela mas até agora não houve resposta. O problema tem escala nacional, pois "80% da produção do Butantã é destinada a outros Estados", como esclarece o secretário da Saúde de São Paulo. Portanto, seria de esperar que houvesse, de Brasília, manifestação clara no tocante à disposição de dar atendimento à solicitação feita. Não assusta o total que falta; afinal, diante da orgia de gastos extra-orçamentários das sociedades de economia mista, 70 milhões de cruzados representam quantia insignificante. O que não se pode desculpar é o silêncio, o qual poderia até revelar desprezo imperdoável por vidas humanas.

As dificuldades experimentadas pelo Instituto Butantã, esquecido pelo governo Montoro, põem a nua uma questão de prioridades. É de crer que as vidas em perigo por causa

da débâcle do Projeto Soros não preocupem os donos do poder, no planalto central, por não estarem vinculadas a algum impacto na comunicação de massa? Talvez valesse a pena prometer que, chegados esses 70 milhões e concluída a execução do projeto, sempre que alguém se salvasse por aplicação de algum soro produzido no Butantã a Novíssima República seria saudada efusivamente por jornais, revistas e emissoras, em todo o território nacional, independentemente do registro laudatório efetuado em *A Voz do Brasil*? Se a resposta a esta pergunta fosse afirmativa, por certo os veículos de comunicação de massa formalizariam um acordo para promoção da doação benemerita.

Entretanto, o fato é que se as investigações anteriores podem provocar sorrisos que distraiam alguns leitores é com pesar que se redige e deverá ser avaliado este comentário. A vida humana não se estima pela massa, mas individualmente. A cada uma há de ser reconhecida pelos órgãos do Estado a transcendência por que se distingue. Dispor de soro à mão para curar-se é direito de quem esteja arriscado a morrer em consequência de mordida venenosa. Logo, produzir esse soro e distribuí-lo em toda parte é dever de que têm de

desincumbir-se os titulares da administração pública, que não ignoram ser o antídoto procedente de estabelecimento oficial, mantido com verbas orçamentárias. Então, há que soar-lhe, máxime quando o de que carece é pouco, muito pouco diante dos milhões que se malbarataram por aí, impunemente.

Seja como for, a questão das prioridades espelha uma escala de valores observada nos longes de Brasília e não facilmente comprehensível a mais de mil quilômetros de distância. Quem sabe a designação de fiscais no Ministério da Saúde acionaria a máquina daquela pasta para que se atendesse sem demora ao Butantã? Ou é a cobra que não merece consideração maior? Assinale-se que lá por Golás não existem mesmo muitos ofícios e o funcionamento do benemerito instituto paulista pode bem passar despercebido. Para remate, é justo desconfiar de que esteja em baixa a cotação das serpentes nesta Novíssima República, vacinadas contra a mordedura delas as autoridades que se permitem ignorá-las, enquanto apostam nos grandes projetos, nos lances de efeito para a platéia, capazes de creditar popularidade e prestígio. Afinal, antes de tudo, que é que devem fazer os políticos? Política, é claro.